

Ministro quer tutelar polícia de Brasília

Iris Rezende levará ao presidente proposta de intervenção branca na corporação para conter invasões nos prédios da Esplanada

João Pitella Jr. e Lauro Rutkowski
Da equipe do Correio

O governo federal está prestes a patrocinar uma *intervenção branca* na Polícia Militar do Distrito Federal para tentar impedir invasões em prédios públicos federais. Depois de ouvir reclamações de seus colegas de primeiro escalão sobre frequentes invasões de gabinetes por sem-terra, o ministro da Justiça, Iris Rezende, vai tentar convencer o presidente Fernando Henrique Cardoso, nesta semana, da necessidade urgente de se aprovar o projeto de lei que permite a subordinação temporária do comando da Polícia Militar do DF ao Palácio do Planalto.

De acordo com Rezende, o projeto permite que o presidente nomeie uma espécie de *supercomandante* da PM assim que houver indícios de perigo à vista — detectados pelo sistema de informação do governo. O projeto tramita desde 1993 no Congresso e, de quebra, obriga o governador do DF a submeter ao governo federal os nomes dos comandantes das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros.

Mas o GDF já está pronto para brigar contra a proposta. O secretário de Segurança, Roberto Aguiar, classificou a medida como “expressão nova de ditadura” e “agressão à autonomia política de Brasília”. No Palácio do Planalto, no entanto, as-

sessores próximos ao presidente garantem que Fernando Henrique já chegou à conclusão de que é preciso, de alguma forma, dar um “basta” às invasões de prédios públicos na Esplanada dos Ministérios.

A idéia de “federalizar” temporariamente a PM começou a ser aventada em maio, quando 1.500 pessoas que participavam do *IV Grito da Terra* ocuparam o Ministério do Planejamento. A pequena multidão pôs até um peru na cadeira do ministro Antônio Kandir e distribuiu animais por todo o prédio.

A gota d’água para que Rezende decidisse resuscitar o projeto foi a invasão do Ministério de Política Fundiária no último dia 2. Cerca de 80 manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) ocuparam três andares do prédio, onde também funcionava a presidência do Instituto Nacional de Colo-

nização e Reforma Agrária (Incra). “Temos que tomar as medidas para evitar que fatos semelhantes continuem ocorrendo”, justificou Iris.

A campanha para recolocar o projeto em tramitação teve como personagem principal o ministro Raul Jungmann, que se reuniu com Iris anteontem. Irritado com as afrontas do MST, Jungmann classificou a invasão como uma “atitude covarde” e “politiqueira”, que somente prosperou por conta da “conivência” do GDF.

André Corrêa 14.5.97



Os sem-terra colocam um peru na mesa do ministro Kandir: gesto irritou até Fernando Henrique

Jungmann já havia procurado o vice-presidente Marco Maciel na noite de quinta-feira fazendo lobby em favor da medida. “A União paga a PM, mas não pode contar com ela para proteger seus prédios”, disse Jungmann. Maciel ficou de fazer um relatório sobre o caso a Fernando Henrique. A União repassa ao GDF, anualmente, R\$ 500 milhões para a manutenção da segurança pública de Brasília.

REAÇÃO

O secretário Roberto Aguiar atribuiu as tentativas de federalizar a segurança da capital a “pressões políticas”. Segundo ele, os aliados de Fernando Henrique, que são adversários locais de Cristovam Buarque, estariam tentando, com essa medida, desestabilizar o governo petista de Brasília. (Iris Rezende é do PMDB, que é, em Brasília, o principal partido de oposição a Cristovam. E o presidente do Incra, Milton Seligmann — outro defensor da medida — é do PSDB, que também vai disputar contra o PT a eleição de

1998 para o Palácio do Buriti).

“Como o presidente é um homem de equilíbrio, não vai se submeter a essas pressões. É o que eu espero”, disse Aguiar. A ocupação da sede do Incra foi interpretada pelo presidente como uma tentativa de prejudicar a sua imagem no exterior, exatamente quando ele estava em viagem oficial à Inglaterra. O caso que Fernando Henrique considerou ainda mais grave foi a invasão do pessoal do *Grito da Terra*.

Mas no dia 29 de agosto de 1996, segundo lembra Aguiar, o governador Cristovam enviou um ofício a Fernando Henrique pedindo a criação de um Batalhão da Polícia Militar especialmente destinado à segurança da Esplanada. Como a segurança do DF é mantida pela União, o aumento de efetivo da PM precisaria do aval do Planalto. “Outro ofício no mesmo sentido foi enviado na última segunda-feira, mas até agora não obtivemos resposta”, lamenta Aguiar.

No segundo ofício, Cristovam argumenta que o comando da PM de

Brasília teria alertado o ministro Jungmann, no último dia dois, sobre os possíveis riscos da manifestação dos sem-terra. Jungmann, no entanto, acusou o GDF de ter sido conivente com a invasão.

O PROJETO

Idealizado pelos então ministros Maurício Corrêa (Justiça) e Zenildo de Lucena (Exército), o projeto foi enviado ao Congresso pelo presidente Itamar Franco, e já passou pelas comissões de Defesa Nacional e Finanças e Tributação da Câmara. A transferência temporária do

comando da PM está prevista no artigo 2º do projeto de lei, que a autoriza “em caso de comprometimento da ordem e da segurança pública que ponha em risco, efetiva ou potencialmente, a bens da União ou autoridades federais, bem como durante a vigência do estado de defesa, do estado de sítio ou de intervenção no Distrito Federal”.

O projeto obriga ainda o governador do DF a consultar o ministro da Justiça antes de nomear o diretor da Polícia Civil. Para nomear os comandantes da PM e do Corpo de Bombeiros, o governador teria que pedir opinião aos ministros da Justiça e do Exército. O projeto ainda restringe a escolha dos ocupantes destes cargos. Para diretor da Polícia Civil, somente poderiam ser escolhidos delegados de carreira no último nível. Na chefia da PM e do Corpo de Bombeiros, poderiam ser indicados apenas oficiais da ativa da corporação ocupantes dos últimos postos ou por generais-de-brigada ou coronel da ativa do Exército.